

XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA NO SÉCULO XIX

**A Princesa do Sertão e o tráfico interno nas últimas décadas da escravidão:
Uberaba/MG, 1861-1888**

*The Princesa do Sertão and the the internal traffic in the last decades of slavery:
Uberaba/MG, 1861-1888*

Ulisses Henrique Tizoco; Universidade de São Paulo - USP; uht2286@gmail.com

RESUMO: Este texto analisa o tráfico de trabalhadores escravizados registrado por meio de escrituras cartoriais no município de Uberaba ao longo dos 28 anos que antecedem o fim da escravidão no Brasil. Principal núcleo urbano do Triângulo Mineiro, Uberaba surgiu no início do século XIX e localizava-se estrategicamente numa região de fronteira, entre a Corte, as áreas cafeeiras do Sudeste, o interior de Minas e as províncias de Goiás e Mato Grosso, conectando estes importantes espaços do Império, e sua economia girava em torno de atividades agropastoris e do comércio. Além de um panorama geral das transações e dos indivíduos negociados, busca-se compreender e discutir os fluxos e modalidades de tráfico verificados no município, bem como os preços praticados no mercado e as transformações que o tráfico foi sofrendo na localidade ao longo do período.

Palavras-chave: Tráfico interno de escravos. Décadas finais da escravidão. Uberaba/MG.

ABSTRACT: This paper analyzes the trade of enslaved workers registered through notarial deeds in the municipality of Uberaba over the 28 years that precede the end of slavery in Brazil. The main urban center of Triângulo Mineiro, Uberaba emerged at the beginning of the 19th century and was strategically located in a border region, between the Court, the coffee areas of the Southeast, the interior of Minas and the provinces of Goiás and Mato Grosso, connecting these important spaces of the Empire, and its economy revolved around agropastoral activities and trade. In addition to an overview of the transactions and individuals negotiated, an attempt is made to understand and discuss the flows and types of trafficking verified in the municipality, as well as the prices practiced in the market and the transformations that trafficking was suffering in the locality over the period.

Keywords: Internal slave trade. Final decades of slavery. Uberaba/MG.



Introdução

Ao longo do século XIX, Minas Gerais deteve a maior população escravizada do Brasil, saltando de cerca de 170 mil em 1819 para mais de 380 mil em 1873. Este crescimento esteve ligado tanto às novas aquisições via tráfico quanto à reprodução natural, somente sendo interrompido na década de 1880, quando as duas possibilidades de incremento haviam sido descontinuadas por força da lei. Por si só, tal constatação já justificaria que a província integrasse o foco das atenções no tocante aos estudos da escravidão oitocentista, ao invés de ser tratada como um mero apêndice do Sudeste cafeeiro, como foi durante muito tempo.¹

Essa negligência historiográfica em relação à província mineira levou a várias interpretações errôneas como, por exemplo, o argumento sustentado por Robert Conrad de que Minas estaria cindida, nos anos 1880, entre uma “pequena zona de café, pró-escravatura, e, mais para o interior, vastas regiões mais pobres, de mineração e de gado, sem café, demonstrando menos preocupação quanto à sobrevivência do sistema de trabalho escravo ou até ansiosas por ver seu fim”².

Extensa e multifacetada, Minas abrigava em seu interior uma base econômica diversificada e dinâmica, coexistindo em seu território múltiplas formas de organização do trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa, com fortes vínculos externos e integrada regionalmente.³ No entanto, ainda hoje nota-se uma relativa escassez de estudos para algumas regiões mineiras, embora, na maioria dos casos, as fontes existam.⁴

O tráfico de trabalhadores escravizados por exemplo, foi muito pouco ou nada estudado na maior parte do território mineiro. Isto posto, o presente artigo busca diminuir uma destas lacunas, contribuindo com alguns dados sobre o mercado de escravos de Uberaba, a principal cidade da região então denominada Sertão da Farinha Podre, que posteriormente ficou conhecida como Triângulo Mineiro.

¹ MARTINS, 2018; BERGAD, 2004.

² CONRAD, 1975, pp. 156-158.

³ PAIVA, 1996.

⁴ PENA & NORONHA, 2022.



O município de Uberaba, nos 28 anos que precedem a Abolição, vivia seus tempos áureos, um momento de grande crescimento populacional, econômico e urbano. Tendo o arraial surgido no início do século XIX, tornou-se freguesia em 1820, vila em 1836, ao emancipar-se de Araxá, sendo, 20 anos depois, elevado à categoria de cidade.

Entre 1830 e o final do século XIX, houve uma intensa colonização de um vasto território compreendendo partes das províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, levada a cabo, sobretudo, por criadores de gado mineiros, que se instalavam com suas famílias e dependentes em grandes propriedades. Essa migração teve várias estradas como eixos (...). Todas confluíam para a vila/cidade de Uberaba, que, por isso, tornou-se um importante centro mercantil. O abastecimento dessas áreas por gêneros importados de outras províncias, como sal e ferragens, e a drenagem do excedente nelas produzido, sobretudo na forma de boiadas, passava necessariamente, por Uberaba, que ainda contava com outra vantagem geográfica: ficava na intersecção da Estrada do Chapadão da Zagaia, que ligava o Mato Grosso e a Farinha Podre à região central de Minas e ao Rio de Janeiro; e a Estrada dos Goiazes, que ligava Goiás a São Paulo. Uberaba era, portanto, o nó que unia duas grandes cidades — Rio de Janeiro e São Paulo — a uma grande área agropastoril e de fronteira.⁵

Ao longo da segunda metade do século XIX, paralelamente ao crescimento da pecuária, o comércio em Uberaba também alcançou grandes proporções, transformando-se paulatinamente na principal atividade econômica do município e projetando-o como polo socioeconômico da região e das províncias vizinhas. Era ali que as províncias centrais se abasteciam dos gêneros que não produziam e onde vendiam seus produtos (fumo, marmelada, sola, couro, rapadura, toucinho) e suas boiadas, possibilitando aos negociantes locais reterem e acumularem parte dos excedentes ali gerados. A agricultura, por sua vez, desempenhava papel complementar na economia uberabense. Logo, apesar de não possuir produção voltada para o mercado externo, Uberaba estava interligada à Corte, às áreas cafeeiras (sobretudo do Oeste Paulista) e às regiões abastecedoras de Minas, Goiás e Mato Grosso por meio de um intenso comércio que fazia com que aqueles distintos espaços se integrassem e diversas mercadorias e capitais por ali circulassem. A chegada dos trilhos, no final da década de 1880, acentuaria ainda mais esse papel do município como ponto de ligação entre o mundo capitalista e o interior do Brasil, pelo menos até o início do século XX.⁶

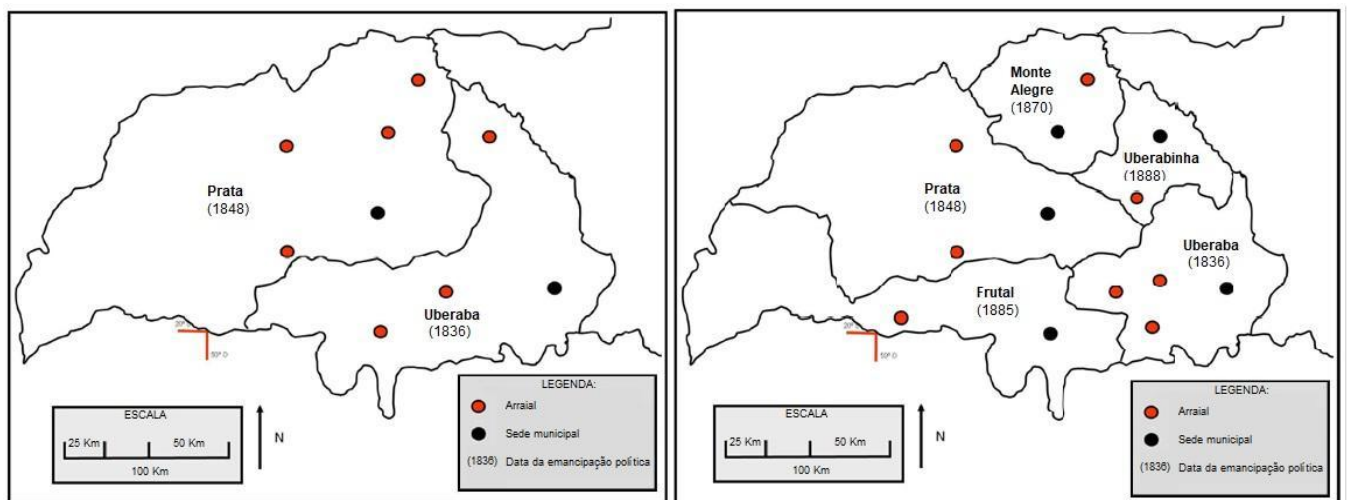
⁵ LOURENÇO, 2007, pp. 124-125.

⁶ REZENDE, 1983.



Na década de 1870, os dados do Recenseamento do Império revelam que Uberaba era o principal núcleo urbano do Triângulo Mineiro (Tabela 1 e Figura 2). O município concentrava em sua sede municipal atividades comerciais e serviços como atendimento médico, educação, acesso à justiça e administração pública, centralizando sozinha todo o território da Farinha Podre e podendo, por isso, ser considerada uma cidade primaz.⁷

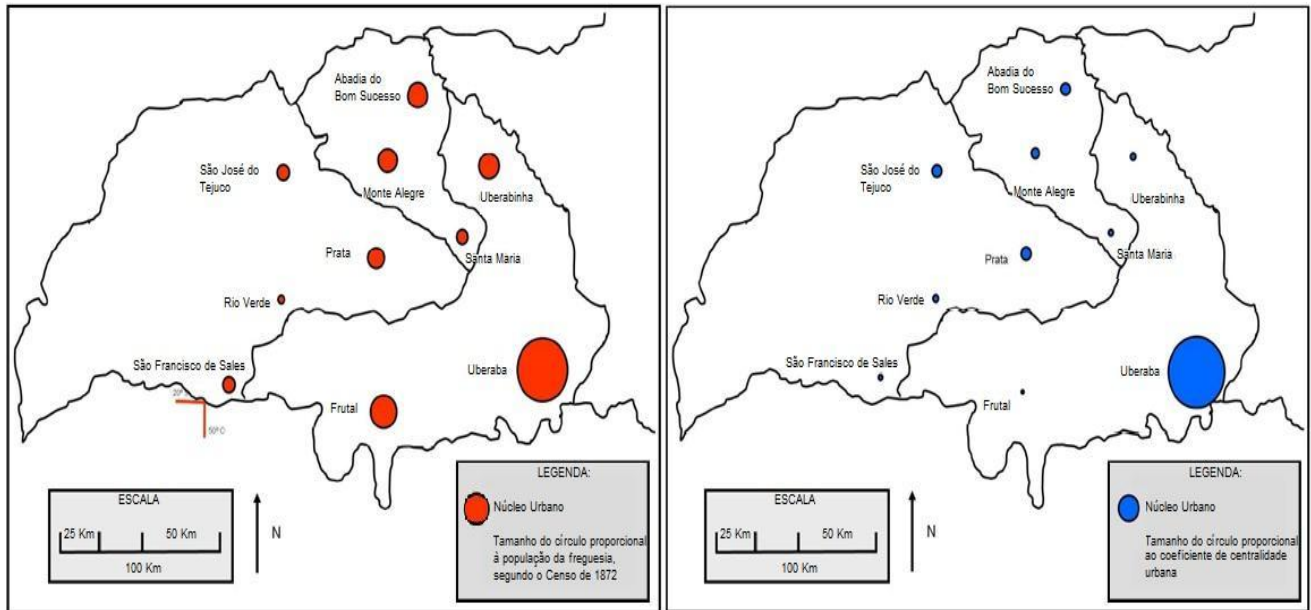
Figura 1 – Divisão municipal do Triângulo Mineiro vigente em 1861 (à esquerda) e em 1888 (à direita).



Fonte: Mapas extraídos de LOURENÇO, 2007, pp. 109 e 112 e modificados pelo autor.

Figura 2 – Comparativo entre as populações (à esquerda) e coeficientes de centralidade (à direita) das freguesias do Triângulo Mineiro com base nos dados do Recenseamento de 1872.

⁷ LOURENÇO, 2007.



Extraído de: LOURENÇO, 2007, pp. 132 e 135.

Tabela 1 – População livre e escravizada da província e dos municípios do Triângulo Mineiro em 1872.⁸

Província / Município	Livres			Escravos			Soma Geral	Percentual de escravos na população	Razão de sexo - Escravos	Razão de sexo - Livres
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total				
Minas Gerais	847592	821684	1669276	199434	171025	370459	2039735	18,2	117	103
Monte Alegre	4555	4104	8659	1545	1128	2673	11332	23,6	137	111
Prata	4557	4211	8768	1128	863	1991	10759	18,5	131	108
Uberaba	8780	7896	16676	1748	1554	3302	19978	16,5	112	111

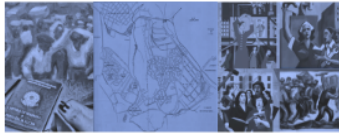
Fonte: TIZOCO, 2008, pp. 52-53.

Aspectos gerais das transações

Os indivíduos escravizados, tornados mercadorias, poderiam participar de diversas transações comerciais. O recorte escolhido para o presente estudo consistiu em considerar apenas as transações que de fato envolveram a transferência da propriedade cativa, ou seja, vendas, trocas e doações. Assim, os dados aqui apresentados resultam da análise de 686 escrituras envolvendo transferência de propriedade de 883 cativos⁹

⁸ Por motivos ignorados, as cifras da população escravizada apresentadas no Recenseamento divergem daquelas apresentadas na matrícula procedida entre 1872 e 1873. De acordo com as informações desta, haveria ao menos 4060 cativos em Uberaba, que é o número de matrícula mais elevado presente no banco de dados constituído, pertencente a uma escrava matriculada no município em 26/09/1873.

⁹ Também foram computados 78 ingênuos, o que totaliza 961 pessoas envolvidas nas negociações.



registradas entre 11/03/1861 e 14/02/1888 nos cartórios de 1º e 2º ofícios de Uberaba¹⁰, sendo 662 compras e vendas (836 cativos negociados), 13 trocas ou permutas (29 escravos transacionados) e 11 doações (18 cativos), transações que movimentaram a quantia de Rs 712:801\$343 e possibilitaram a arrecadação de Rs 32:757\$338 em impostos (Meia Sisa e Novos e Velhos Direitos Provinciais).

A média de negociados por transação era baixa, girando em torno de 1 a 1,5 indivíduo por transação na maior parte do tempo. De fato, 79% das transações envolveram um único cativo (cifra que sobe para 83% quando consideradas também as mulheres vendidas sozinhas, porém acompanhadas de seus filhos ingênuos por força da lei de 1871) e 94% delas, até dois escravizados (acompanhados ou não de ingênuos).

O lapso temporal analisado pode ser dividido em 3 momentos: o primeiro, de 1861 a 1871, com 31% das transações (216) e dos negociados (273), que movimentou até 31 trabalhadores escravizados por ano (cifra superada apenas no ano de 1864); o segundo, de 1872 a 1878, que pode ser considerado o ápice do tráfico uberabense (verificado entre 1873 e 1874), concentrando 40% das transações (274) e 43% dos transacionados (380) e movimentando entre 38 e 84 cativos/ano; e a fase final, com cifras mais modestas, a partir de 1879, que engloba 29% das transações (196) e 26% dos negociados (230) e movimentou menos de 30 cativos/ano (exceto nos anos de 1880 e 1882, com 38 escravos/ano). Os três períodos em questão abrigam ou encontram-se delimitados por importantes acontecimentos e transformações vividas pela instituição escravista brasileira.

Os últimos 28 últimos anos de existência da instituição caracterizaram-se por um tráfico exclusivamente intra e interprovincial, uma vez que a “fonte africana” de trabalhadores escravizados finalmente havia secado com os desdobramentos da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, fruto das pressões antitráfico britânicas. A menor disponibilidade de cativos no mercado levou ao aumento dos preços, dificultando cada vez mais sua aquisição por aqueles que possuíam poucos ou nenhum escravo. Ao longo dos anos 1860, dois grandes conflitos impactaram fortemente a instituição brasileira: a

¹⁰ Os Livros de Notas analisados do 1º Ofício (livros 8 ao 26) encontram-se sob os cuidados do cartório, já os do 2º Ofício (livros 5 ao 13) foram recolhidos ao Arquivo Público de Uberaba (APU).



Guerra de Secessão (1861-1865), que culminou na abolição da escravidão nos EUA e representou forte abalo para o vigor do escravismo brasileiro, ao mesmo tempo em que proporcionou um efêmero surto de produção algodoeira no Brasil, e a Guerra do Paraguai (1864-1870), que introduziu importantes questionamentos acerca da manutenção da escravidão no país. Em 1871, a Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco) instituiu o emancipacionismo gradual e indenizado, prevendo a libertação (após os 21 anos) dos filhos de escravas nascidos a partir daquela data, bem como a criação de um fundo de emancipação, a legalização do direito ao pecúlio por parte dos cativos e a concessão obrigatória de alforria mediante indenização do valor do escravo. Entre 1877 e 1879, uma grande seca que assolou algumas regiões nordestinas facilitou a saída de grande quantidade de cativos rumo aos mercados do Sudeste. Entre 1880 e 1881, leis promulgadas pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, estipulando aplicação de altíssimos impostos (superiores ao valor de um escravo) para cada cativo trazido de outra província, levariam ao dismantelamento do tráfico interprovincial para as regiões mais dinâmicas do Império (embora o intraprovincial ainda tenha continuado operando em escala mais modesta). Em 1885, a Lei dos Sexagenários (ou Lei Saraiva-Cotegipe), libertou os escravizados maiores de 60 anos, também mediante indenização dos proprietários. No ano seguinte, foi proibida a aplicação da pena de açoites em escravos. Finalmente, em 1888, a instituição tornar-se-ia ilegal no Império do Brasil (embora a mesma já tivesse sido descontinuada nas províncias do Ceará e Amazonas quatro anos antes). Em meio a tudo isso, observa-se também o processo de modernização e desenvolvimento econômico experimentado pelo Brasil ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), que operou importantes transformações no país, como a modernização dos transportes, o crescimento da produção cafeeira, a restrição do acesso à terra, o crescimento populacional e do processo de urbanização, a crescente integração do Brasil à economia capitalista global, entre outros. Também foram verificados no período o surgimento e crescimento de movimentos abolicionistas, o incentivo à imigração de trabalhadores europeus, o crescimento da imprensa e formação de uma opinião pública, o crescimento e fortalecimento de formas de resistência escrava, bem como grande



movimentação de pessoas escravizadas dentro das fronteiras do Império devido à ação do tráfico interno.¹¹

Características dos negociados

Quanto à origem (Tabela 2), observa-se baixíssima presença de africanos, mesmo na década de 1860. Esses, quando mencionados, trazem apenas as designações “africano” ou “de Nação” após o nome, não especificando a região do continente na qual teriam sido embarcados.

Tabela 2 – Escravos negociados por período, origem e sexo: Uberaba, 1861-1888.

Períodos	Africanos						Brasileiros					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1861-1871	17	74	6	26	23	9	124	51	122	49	246	91
1872-1878	10	71	4	29	14	4	161	51	158	49	319	96
1879-1888	0	0	0	0	0	0	76	46	89	54	165	100
Total	27	73	10	27	37	5	361	49	369	51	730	95

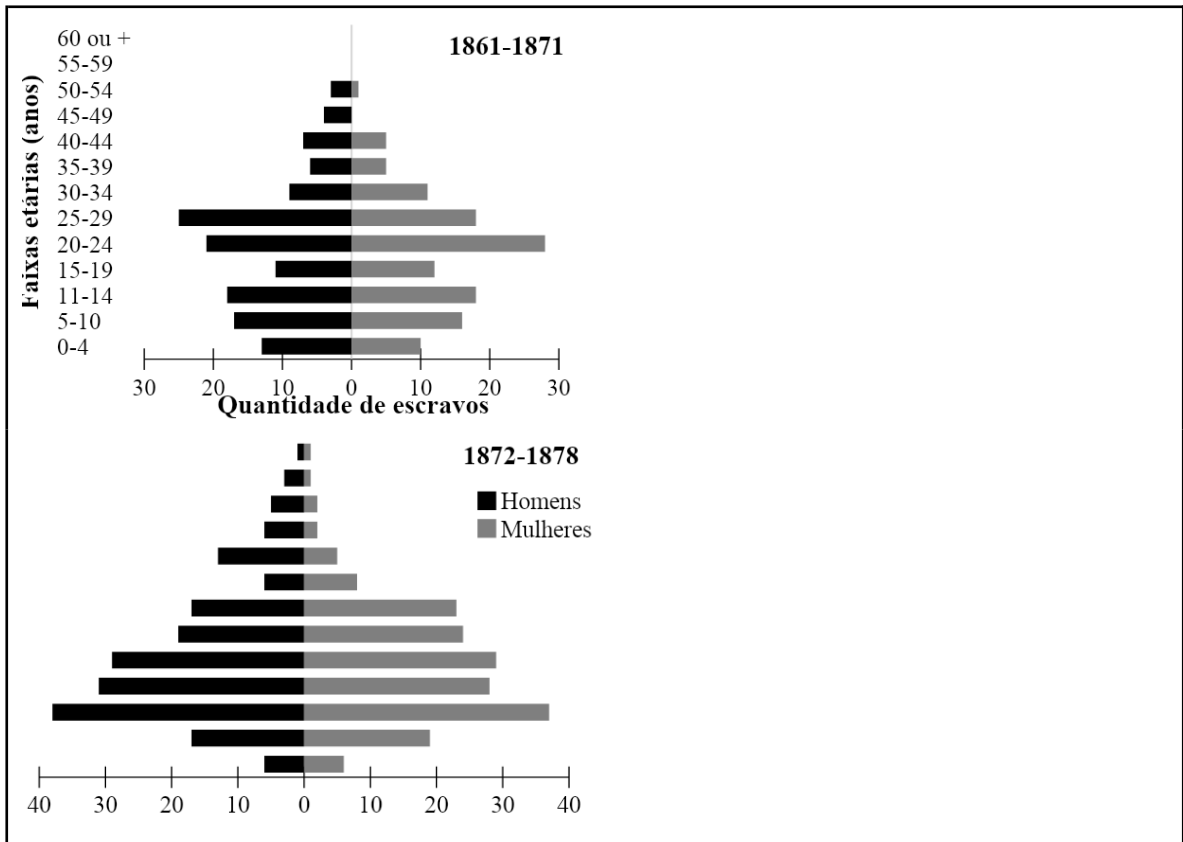
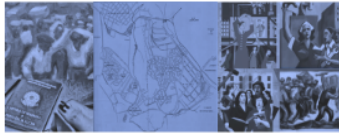
Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

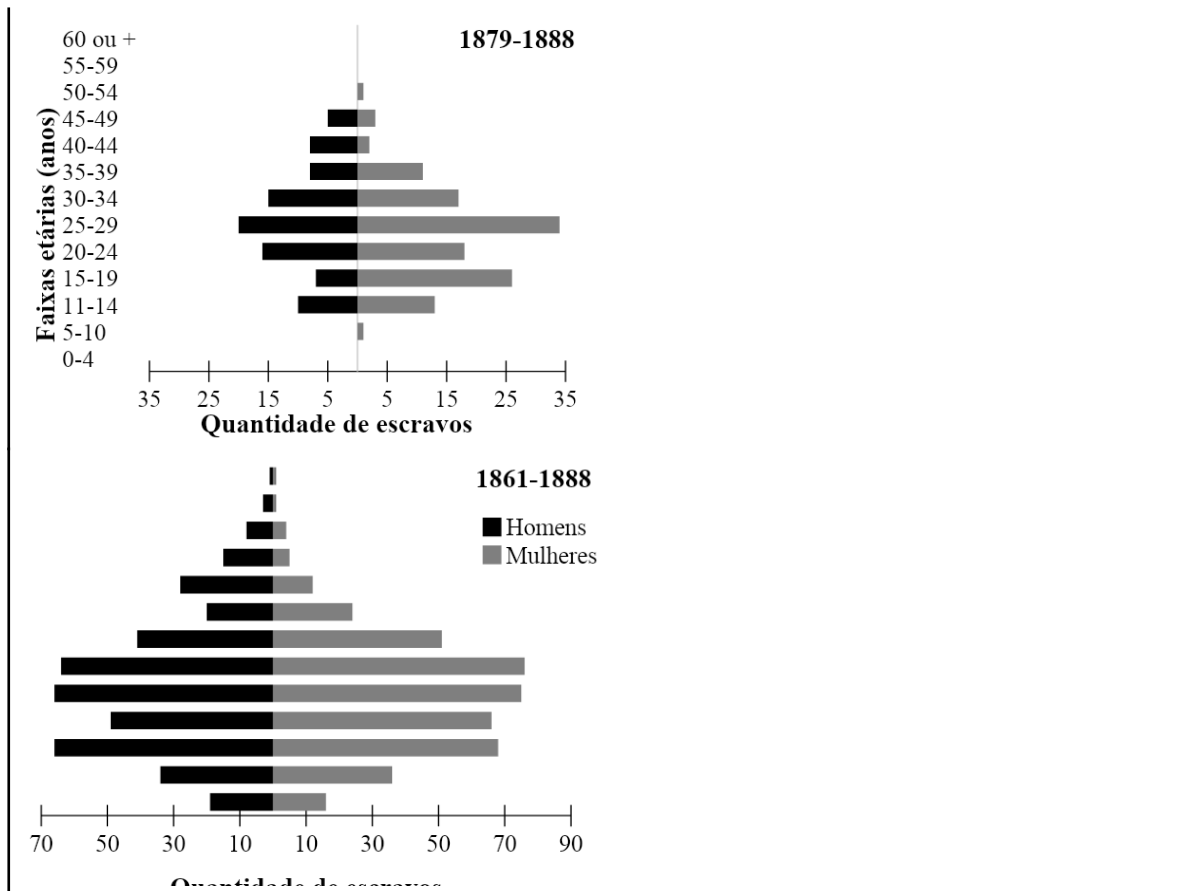
Infelizmente são ínfimos os registros que especificam a província ou município de nascimento dos não africanos. Assim, na maior parte das vezes, foi possível apenas saber que o cativo havia nascido no Brasil, a partir de informações como “crioulo”, pardo”, “cabra”, além de alguns casos onde o indivíduo é mencionado como “brasileiro”. Embora numa quantidade considerável de transações não seja possível especificar o local de origem do negociado, acredita-se ser muito provável que a maioria destes (se não todos) se refira a escravos nascidos no Brasil, mas na falta de certeza, optou-se por manter a lacuna.

Surpreendeu a baixíssima presença de maiores de 50 anos, menos de 2%. Os maiores de 55, então, sequer chegam a 1% do total de transacionados (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Escravos negociados por período, sexo e faixa etária: Uberaba, 1861-1888.

¹¹ BETHELL, 2002; CONRAD, 1975; SLENES, 1986; AZEVEDO, 1987; GORENDER, 1988 e 1990; CHALHOUB, 1990; MACHADO, 1994; MATTOSO, 2003; FLAUSINO, 2006; LUNA & KLEIN, 2010; MARQUESE & PARRON, 2011; SCHEFFER, 2012; FRANK, 2012; ALONSO, 2015.





Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

Os mais idosos (e únicos sexagenários) negociados foram os africanos José Maria e Galiana, com 60 anos, casados, vendidos juntos pela quantia de Rs 600\$000 em 29/01/1874 por Joaquim Lopes Ferreira a Luís da Silva e Oliveira, ambos uberabenses. No extremo oposto, há menções a indivíduos recém nascidos ou com poucos dias de vida em duas doações, ocorridas em 1867 e 1868, nas quais as crianças ainda sequer haviam sido batizadas. Em ambos os casos, contudo, elas acompanhavam suas mães. Embora a primeira doação não informe o valor individual de cada cativo, a segunda precificou em irrisórios Rs 40\$000 o "crioulinho recém-nascido" de 25 dias doado junto com a mãe, de 28 anos, e uma irmã de quatro, avaliadas em Rs 800\$000 e Rs 360\$000, respectivamente.¹²

Apesar de a maioria das crianças terem sido negociadas junto com suas mães, houve alguns casos onde crianças foram vendidas ou doadas sozinhas, sendo a mais

¹²Livro 6A – 2º Ofício, fl. 66v; Livro 6 – 2º Ofício, fls. 72v-73 e Livro 11 – 1º Ofício, fls. 55-56.



jovem nessa situação o crioulinho Vicente, de apenas 11 meses, vendido aos 07/01/1863 por Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, morador da vizinha Vila do Prata, a Francisco Antônio Irineo, de Uberaba, pela quantia de Rs 400\$000.¹³ Ainda que talvez a mãe de Vicente também possa ter sido adquirida por Francisco antes ou depois, tal transação hipotética não foi localizada nos registros uberabenses, o que aumenta o conteúdo dramático do caso, visto que pode ter havido o rompimento de laços entre uma criança tão pequena e sua mãe.

Fato é que os cativos adultos, no período de sua maior capacidade produtiva, entre 15 e 39 anos, corresponderam ao principal grupo etário negociado em Uberaba, equivalendo a quase 2/3, sendo seguidos pelas crianças e jovens de até 15 anos, que somam pouco mais de 1/4 e, finalmente, uma pequena parcela de indivíduos que poderiam ser considerados velhos, acima dos 40 anos, que perfazem apenas 8% dos negociados.

Correspondendo à quase metade dos negociados entre 1861 e 1878, a partir de 1879 a quantidade de mulheres aumentou ainda mais, chegando a 58% e fazendo com que, no cômputo geral dos 28 anos finais da escravidão, elas representassem pouco mais da metade (Tabela 3). Trata-se de uma característica pouco usual pois o tráfico, em geral, costumava ter presença majoritária de homens sendo transacionados.¹⁴

Tabela 3 – Escravos negociados por período e sexo: Uberaba, 1861-1888.

Períodos	Homens		Mulheres		Razão de sexo
	Nº	%	Nº	%	
1861-1871	141	52	132	48	107
1872-1878	194	52	186	48	104
1879-1888	97	42	133	58	73
Total	432	48	451	52	96

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Offícios de Uberaba.

É possível conjecturar que os homens estivessem sendo fortemente disputados e valorizados pelas atividades agropastoris e pela lavoura cafeeira que se expandia pelo Oeste Paulista, a poucos quilômetros de Uberaba, fazendo com que os proprietários preferissem se desfazer primeiro dos braços femininos, conservando os homens em suas

¹³ Livro 5 – 2º Ofício, fl. 99v.

¹⁴ CONRAD, 1975; GORENDER, 1988; MATTOSO, 2003; LUNA & KLEIN, 2010.



posses. Por outro lado, o intenso processo de urbanização e refinamento que o município experimentava no período pode ter sido um fator a aumentar a demanda por mulheres que exerceriam atividades domésticas urbanas. Importante lembrar também que Uberaba possuía uma população escravizada feminina apenas ligeiramente inferior à masculina (Tabela 1). Outro fator que talvez se relacione à presença majoritária de mulheres sendo negociadas a partir de 1879 seria um possível interesse dos senhores de se utilizarem dos serviços dos filhos ingênuos destas que, em alguns casos, já adentravam a adolescência.

Luís Augusto Lourenço (2007, pp 197-198), ao verificar um incremento da masculinidade na década final da escravidão entre os inventários uberabenses por ele analisados, credita tal comportamento a um possível aumento súbito do tráfico para o município. Entretanto, os dados aqui apresentados parecem sugerir que tal aumento da masculinidade nas posses estaria mais relacionado a essa possível preferência dos senhores uberabenses em se desfazerem primeiro de suas escravas, mantendo por mais tempo os homens, àquela época trabalhadores mais caros e difíceis de serem repostos.

Em suma, os trabalhadores escravizados negociados em Uberaba nas décadas finais da escravidão possuem um perfil bastante peculiar: foram, majoritariamente, mulheres jovens/adultas nascidas no Brasil, cenário que corroboraria a grande importância assumida pela reprodução natural para a reposição do contingente escravizado uberabense.¹⁵

Lamentavelmente, são muito poucos os registros uberabenses que apresentam maiores informações sobre demais atributos dos escravizados. Apenas 68 tiveram o ofício/ocupação mencionado. Destes, três foram mencionados “sem ofício”. Entre as mulheres, predominaram as que realizavam serviços domésticos (15), seguidas pelas cozinheiras (8), além de engomadeira, tecedeira, fiandeira e costureira (uma de cada). Entre os homens, a principal ocupação informada foi a de roceiro/lavrador (21), mas

¹⁵ Sobre a reprodução natural em Minas, autores como PAIVA & LIBBY (1995) e BERGAD (2004) sustentam que a mesma pôde ser verificada em vários momentos e regiões da província, assumindo em cada local e época uma determinada importância na manutenção da população escravizada. Já autores como TIZOCO (2018) e LOURENÇO (2007) encontraram indícios de crescimento natural positivo e expressivo, respectivamente, nos municípios de Bonfim do Paraopeba, na região mineradora central, e em Uberaba.



também havia quatro pedreiros, três oficiais de pedreiro, três jornaleiros, dois tropeiros, dois carpinteiros, além de carreiro e roceiro, cozinheiro e oficial de ourives (um de cada).

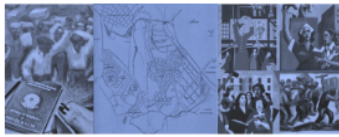
Mais rara ainda foi a menção à aptidão para o trabalho/informações de saúde dos negociados: dos 32 que tiveram algo informado nesse quesito, 12 foram mencionados com alguma doença (“ataques gotosos”, “hérnia nos escrotos”, “inflamação no fígado”, “doença crônica grave” ou simplesmente “doente”), deficiência física (“cego de um olho”, “aleijado de uma perna por ser torta”) ou mental (“idiota”, “doente de ataques histéricos”), enquanto dois tiveram a aptidão para o trabalho mencionada como “sofrível”. Todavia, em algumas das escrituras registradas no Cartório do 1º Ofício na década de 1860, foi comum informar características físicas e corporais dos negociados, como “bonita figura”, “boa estatura”, “bem feita de corpo”, “cheio de corpo”, “feito de cara”, entre outras.

Informação sobre o estado conjugal está disponível para apenas 1/3 dos indivíduos. Cerca de ¼ dos homens e das mulheres negociados eram solteiros, 6% casados e 1% viúvos. Vale ressaltar que o fato de ser declarado solteiro não significa necessariamente que o indivíduo não mantivesse nenhum laço conjugal informal, fato evidenciado pela grande quantidade de mulheres solteiras negociadas juntamente com suas proles.¹⁶

Transmitentes, adquirentes e os fluxos das transações

Quinhentas e trinta e sete diferentes pessoas disponibilizaram cativos ao mercado uberabense entre 1861 e 1888, sendo que 438 deles atuaram uma única vez como transmitente e 347 tiveram uma única participação no mercado. Por sua vez, 415 diferentes indivíduos adquiriram trabalhadores escravizados no mercado uberabense, sendo que 291 deles tiveram uma única atuação como adquirente e 217 uma única participação naquele mercado. E 131 transmitentes também tiveram alguma atuação como adquirente. Tal cenário, por si só, já evidencia uma concentração da propriedade em escravos ocorrendo no período.

¹⁶ SLENES, 1999.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Ainda que a maioria dos mencionados transmitentes e adquirentes residisse no município, atuando em transações locais, observa-se também significativa presença de pessoas de fora negociando cativos em Uberaba, em transações que poderiam ser classificadas como intraprovinciais (envolvendo contratantes que residiam em diferentes municípios de Minas) ou interprovinciais (envolvendo moradores de diferentes províncias).



Tabela 4 – Fluxos do tráfico por período: Uberaba, 1861-1888.

Período	Dentro de Uberaba		De Uberaba para outro município		De outro município para Uberaba		Entre outros municípios		Não identificado	
	Transações	Escravos	Transações	Escravos	Transações	Escravos	Transações	Escravos	Transações	Escravos
1861-1871	110	138	11	22	18	18	11	14	66	81
1872-1878	119	166	52	60	37	45	19	49	46	59
1879-1888	136	151	26	40	21	23	2	2	13	15
Total	365	455	89	122	76	86	32	65	125	155

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

Observando-se os locais de residência das partes envolvidas nas transações, pode-se inferir os fluxos e modalidades de tráfico (local, intra ou inter-regional e intra ou interprovincial) (Tabela 4). Dessa forma, entre 1861 e 1888, 53% das transações uberabenses ocorreram a nível local, movimentando 52% dos negociados. Outras 13% dizem respeito a transações que teriam retirado escravos do município, envolvendo 14% dos trabalhadores transacionados, enquanto 11% indicam transações que teriam levado cativos para Uberaba, englobando 10% dos cativos negociados, cenários que podem ser visualizados nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Tráfico com origem em outros municípios e destino a Uberaba (1861-1888).

Província	Município	1861-1871		1872-1878		1879-1888		Total	
		Transações	Escravos	Transações	Escravos	Transações	Escravos	Transações	Escravos
MG		0	0	2	2	1	1	3	3
	<i>Araxá</i>	4	4	0	0	1	1	5	5
	<i>Bagagem</i>	0	0	0	0	1	1	1	1
	<i>Cabo Verde</i>	1	1	0	0	0	0	1	1
	<i>Desemboque</i>	1	1	1	2	0	0	2	3
	<i>Dores do Indaiá</i>	1	1	0	0	0	0	1	1
	<i>Formiga</i>	0	0	0	0	1	1	1	1
	<i>Monte Alegre</i>	0	0	4	4	2	3	6	7
	<i>Oliveira</i>	0	0	4	4	0	0	4	4
	<i>Ouro Preto</i>	0	0	1	1	0	0	1	1
	<i>Pará</i>	1	1	0	0	0	0	1	1
	<i>Paracatu</i>	0	0	1	1	1	1	2	2
	<i>Patrocínio</i>	1	1	2	2	1	1	4	4
	<i>Piumhi</i>	0	0	1	1	0	0	1	1
<i>Pouso Alegre</i>	0	0	1	1	0	0	1	1	
<i>Prata</i>	4	4	7	9	1	1	12	14	
<i>Sacramento</i>	0	0	3	6	1	1	4	7	



	São Bento de Itapecerica	0	0	0	0	1	1	1	1
Total Província de MG		13	13	27	33	11	12	51	58
RJ	<i>Corte</i>	0	0	3	3	2	2	5	5
	"Mata"	1	1	0	0	0	0	1	1
Total Província do RJ		1	1	3	3	2	2	6	6
GO		1	1	0	0	0	0	1	1
	Bonfim	0	0	1	1	0	0	1	1
	Catalão	0	0	1	2	0	0	1	2
	Formosa da Imperatriz	0	0	0	0	1	1	1	1
	Goiás	0	0	0	0	1	1	1	1
	<i>Rio Verde</i>	1	1	1	1	1	1	3	3
	Vila Bela de Morrinhos	0	0	1	1	1	1	2	2
Total Província de GO		2	2	4	5	4	4	10	11
SP	Barretos	0	0	0	0	1	1	1	1
	<i>Casa Branca</i>	0	0	0	0	1	1	1	1
	Franca	1	1	0	0	0	0	1	1
Total Província de SP		1	1	0	0	2	2	3	3
CE	Fortaleza	0	0	1	1	0	0	1	1
Total Província do CE		0	0	1	1	0	0	1	1

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

Tabela 6 – Tráfico com origem em Uberaba e destino a outros municípios (1861-1888).

Província	Município	1861-1871		1872-1878		1879-1888		Total	
		Transações	Escravos	Transações	Escravos	Transações	Escravos	Transações	Escravos
MG	<i>Araxá</i>	4	6	1	1	1	1	6	8
	<i>Bagagem</i>	0	0	4	4	9	11	13	15
	<i>Desemboque</i>	1	2	0	0	0	0	1	2
	<i>Formiga</i>	1	1	0	0	4	8	5	9
	Grão Mogol	0	0	5	6	0	0	5	6
	Juiz de Fora	0	0	1	1	0	0	1	1
	<i>Monte Alegre</i>	0	0	2	2	1	1	3	3
	<i>Oliveira</i>	0	0	21	27	0	0	21	27
	Passos	0	0	0	0	1	2	1	2
	<i>Piumhi</i>	0	0	3	3	0	0	3	3
	<i>Prata</i>	2	2	3	3	3	5	8	10
	<i>Sacramento</i>	0	0	2	2	2	5	4	7
São João del Rey	0	0	1	1	0	0	1	1	
Total Província de MG		8	11	43	50	21	33	72	94
RJ	<i>Corte</i>	1	3	2	2	0	0	3	5
Total Província do RJ		1	3	2	2	0	0	3	5
GO	<i>Rio Verde</i>	0	0	2	2	1	3	3	5
Total Província de GO		0	0	2	2	1	3	3	5
SP		0	0	0	0	1	1	1	1
	<i>Casa Branca</i>	0	0	0	0	1	1	1	1
	Franca	0	0	0	0	2	2	2	2



	São João da Boa Vista	0	0	1	1	0	0	1	1
Total Província de SP		0	0	1	1	4	4	5	5
MT		1	6	1	1	0	0	2	7
	Cuiabá	1	2	0	0	0	0	1	2
Total Província de MT		2	8	1	1	0	0	3	9

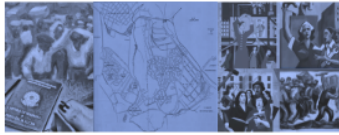
Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

As tabelas revelam um saldo dos tráficos intra e interprovincial negativo para Uberaba, sendo as transações intraprovinciais as que mais teriam retirado cativos do município, sobretudo entre 1872 e 1878. É interessante notar que, dos 12 municípios que teriam cedido e retirado cativos de Uberaba (cujos nomes estão em itálico nas Tabelas 5 e 6), o saldo só foi positivo para Uberaba nas transações efetuadas com três deles: Prata, Monte Alegre e Desemboque. Considerando-se que este último teve sua autonomia definitivamente suprimida nos anos 1860, pode-se concluir que Uberaba só conseguia saldo positivo no tráfico de escravos em transações efetuadas com os outros dois municípios do Triângulo que polarizava. Com os demais municípios, o saldo teria sido negativo ou nulo.¹⁷

Infelizmente, uma grande quantidade de contratantes não teve o local de residência mencionado na escritura, principalmente nas transações da década de 1860, o que faz com que não seja possível identificar os fluxos de expressivos 18% das transações e 17% dos negociados.

Finalmente, 5% das transações (7% dos comercializados) tratam-se de negociações conduzidas por contratantes não residentes em Uberaba, mas que por algum motivo desconhecido oficializaram o negócio no município, como se vê na Tabela 7. Tal

¹⁷ Embora contratantes de diversos municípios tenham efetuado negócios no mercado uberabense, certos municípios parecem ter tido ligações comerciais mais fortes com Uberaba, visto que alguns de seus moradores lá estiveram negociando escravos em mais de uma ocasião. São eles, na província mineira, Prata (distante 152 km da sede municipal de Uberaba), Araxá (117 Km de Uberaba), Sacramento (76 km), Monte Alegre (178 km), Bagagem (atual Estrela do Sul, 162 km de Uberaba), Desemboque (atualmente, distrito do município de Sacramento, 143 km), Oliveira (465 km), Formiga (357 km), Piumhi (318 km); na província de São Paulo, Casa Branca e Franca (respectivamente a 294 e 122 km de Uberaba); na de Goiás, Rio Verde (445 km) e a Corte do Rio de Janeiro (836 km de Uberaba). As distâncias supracitadas são as rodoviárias atuais, informadas pelo site <https://www.google.com/maps>.



cenário, para Rafael Scheffer (2012, p. 43), indicaria alguma importância assumida pela localidade como entreposto de negociação de escravos.¹⁸

Tabela 7 – Tráfico com origem e destino em outros municípios: Uberaba, 1861-1888.

1	Provincia de origem	Minas Gerais											
8	Município	Araxá	Araxá	Bagagem	Desemboque	Prata	Araxá	Bambui					
6	Provincia de destino	Minas Gerais							Goiás	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		
1	Município	Araxá	Bagagem	Bagagem	Desemboque	Prata	Santa Cruz de Goiás	Corte					
-	Transações	1	1	1	1	1	5	1					
1	Escravos	2	1	1	1	1	5	3					
1	Provincia de origem	Minas Gerais								Goiás	Rio de Janeiro	São Paulo	
1	Município	Prata	Prata	Prata	Prata	Bagagem	Monte Alegre	Patrocínio	Sacramento	Vila Bela de Morrinhos	Corte	Santa Rita do Paraíso	Jaboticabal
2	Provincia de destino	Minas Gerais										São Paulo	Rio de Janeiro
1	Município		Prata	Piumhi	Grão Mogol	Bagagem	Bagagem	Patrocínio	Oliveira	Oliveira	Bagagem	Santa Rita do Paraíso	Corte
8	Transações	1	1	3	1	1	4	1	2	1	1	2	1
8	Escravos	1	2	3	17	1	5	1	2	1	1	9	3
1	Provincia de origem	Goiás				Rio Grande do Sul							
8	Município	Morrinhos				Caçapava							
7	Provincia de destino	Minas Gerais											
9	Município	Formiga				Diamantina							
-	Transações	1				1							
1	Escravos	1				1							

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

É importante notar que nem todos os cativos transacionados em Uberaba eram originais do município. Infelizmente, como já mencionado, as escrituras não especificam os locais de nascimento dos mesmos, o que pôde ser parcialmente contornado a partir da informação sobre o local da matrícula (dado disponível apenas a partir de 1873). Ainda

¹⁸Scheffer encontrou, em Campinas, 17,7% dos escravos negociados nessa mesma situação. Em que pese a falta de informações para uma quantidade grande de transações uberabenses, é possível que a quantidade de cativos nessa situação seja um pouco mais expressiva que os 7% mencionados.



que o fato de um cativo matriculado num município não signifique que o mesmo dele fosse natural, tal informação indica onde ele residia em 1872/1873 e permite verificar se ele mudou de localidade daquele momento até a data da transação.

Isto posto, a Tabela 8 evidencia que, além dos cativos matriculados em Uberaba, as transações realizadas no município envolveram escravos matriculados em outras 20 cidades mineiras, nove goianas, quatro paulistas e uma mato-grossense (atualmente, sul-mato-grossense), equivalendo a 27% dos trabalhadores comercializados entre 1873 e 1888. A complexidade do tráfico era tal que senhores residentes num município muitas vezes vendiam cativos matriculados em outros (Tabela 9). Às vezes, o indivíduo negociado havia sido matriculado no mesmo município de residência do adquirente e não do transmitente, ou ainda em município diferente do local de residência de ambos.

Tabela 8 – Local de matrícula dos escravos negociados: Uberaba, 1873-1888.

Província	Município	1873 -1878	1879 -1888	Total	Província	Município	1873 -1878	1879 -1888	Total
MG	Uberaba	223	167	390	GO	Arraias	0	1	1
	Araxá	1	6	7		Bonfim	1	1	2
	Bagagem	6	3	9		Catalão	2	1	3
	Dores do Indaiá	1	2	3		Meia Ponte	0	1	1
	Itapacerica	0	1	1		Rio Verde	1	0	1
	Lavras do Funil	0	1	1		Santa Cruz	1	0	1
	Mariana	0	1	1		Santa Rita do Paranaíba	1	0	1
	Monte Alegre	1	4	5		Vila Bela de Morrinhos	0	1	1
	Oliveira	0	1	1		Vila Boa de Goiás	0	1	1
	Ouro Preto	1	0	1		Total Província de GO	6	6	12
	Paracatu	1	2	3	SP	Batatais	1	2	3
	Passos	0	4	4		Cajuru	1	0	1
	Patrocínio	4	5	9		Franca	9	2	11
	Piumhi	0	1	1		Jaboticabal	1	0	1
	Pouso Alegre	1	0	1	Total Província de SP	12	4	16	
	Prata	54	7	61	MT	Santana do Paranaíba	1	0	1
	Sacramento	3	6	9	Total Província de MT	1	0	1	
	Santo Antônio do Monte	1	1	2					
	Tamanduá	0	1	1					
	Três Pontas	0	1	1					
Ubá	1	0	1						
Total Província de MG		298	214	512					

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.



Tabela 9 – Local de matrícula dos escravos em relação ao local de residência dos vendedores: Uberaba, 1873-1888.

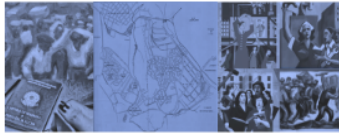
Local de matrícula	Escravos vendidos por uberabenses		Escravos vendidos por não uberabenses		Total
	1873-1878	1879-1888	1873-1878	1879-1888	
Uberaba	142	132	11	8	293
Municípios das províncias de MG, GO e SP	16	37	37	14	104

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

Esse cenário diverso e complexo das transações envolvendo mercadoria humana pode ser ilustrado por várias transações ocorridas no mercado uberabense. Dos três cativos matriculados na Coletoria de Dores do Indaiá (MG), por exemplo, nenhum foi comprado ou vendido por alguém residente naquele município. Em uma transação, o cativo foi vendido por um morador de Oliveira (MG) a um uberabense, na outra, um comprador de Franca (SP) adquiriu a escrava de um uberabense e na última, dois uberabenses negociaram o escravizado.¹⁹

Num outro caso ainda mais peculiar, o Dr. Eduardo José de Moura, morador do município de Caçapava (atual Caçapava do Sul, RS) e representado por seu procurador Maximiano José de Moura, residente em Uberaba, vendeu, em 29/08/1882, a Narcizo Marcelino Seabra, morador do município mineiro de Diamantina, o crioulo Paulino, natural e matriculado no município de Mariana (MG). Aparentemente, configuraria uma transação típica da modalidade interprovincial do tráfico, com o escravo, embora mineiro, sendo transferido do Rio Grande do Sul para Minas Gerais. Entretanto, uma análise mais detalhada admite questionar se a mesma não seria melhor classificada como intraprovincial. Isso porque a procuração apresentada pelo representante legal do vendedor, passada no Rio de Janeiro aos 08/05/1880 e copiada no livro de notas logo após a escritura, informa que o procurador (Coletor Municipal de Uberaba) era irmão do vendedor (Juiz de Direito da Comarca de Caçapava). Então, também é possível supor que Paulino não necessariamente estaria residindo no município gaúcho junto de seu senhor,

¹⁹ 1º Livro de Escrituras de Venda de Escravos – 1º Ofício, fls. 42v-43v; Livro 08 - 2º Ofício, fl. 90; Livro 10 - 2º Ofício, fls. 19-19v.



podendo muito bem jamais ter saído de Minas e estar vivendo em Uberaba ou até mesmo em Mariana ou já em Diamantina quando do momento de sua venda.²⁰

A segunda possibilidade ganha mais força quando se recorda que, desde o final de 1880, a entrada de escravos de outras províncias em Minas havia sido condicionada ao pagamento de um proibitivo imposto no valor de Rs 2:000\$000 por cativo, conforme menciona o texto da lei provincial nº 2716, de 18/12/1880:

Art. 10. Pela anotação de cada escravo que vier residir na província [grifo meu], em virtude de compra, troca, doação *in solutum*, ou locação por mais de um ano, cobrar-se-á a taxa de 2:000\$.

À mesma taxa ficam sujeitos os escravos que vierem com seus senhores mudados para esta província, ou em virtude de doação, se forem alienados nos cinco anos seguintes à sua entrada, salvo o caso de execução judicial.²¹

Assim, como não há na escritura (nem em nenhuma outra uberabense) qualquer menção ao pagamento de tal imposto, é bem provável que os contratantes tenham recorrido ao argumento de que o cativo já residiria em Minas, fosse ele verdadeiro ou não, para escapar da dita cobrança. Talvez fosse esse o caso de todas as transações ocorridas a partir de 1881 que, pelo local de residência dos contratantes, seriam consideradas interprovinciais e que, em Uberaba, envolveram contratantes mineiros, goianos, paulistas e cariocas, que negociaram cativos matriculados no município ou em outras províncias.

As situações supracitadas chamam atenção para duas características importantes do mercado uberabense. Primeiro, reforçam a hipótese de Uberaba como entreposto de trabalhadores escravizados no Brasil Central, ao intermediar transações entre escravistas mineiros, paulistas e goianos, principalmente, mas que também contou com a presença de cariocas e mato-grossenses.

Em segundo lugar, observou-se que muitos escravos negociados no município uma haviam passado por transações precedentes. Seja por meio da análise do local da matrícula ou mesmo por informações presentes na própria escritura, como a forma pelo qual o cativo negociado havia sido adquirido pelo vendedor, é possível perceber que

²⁰ Livro 21 - 1º Ofício, fls. 94v-95v.

²¹ Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=3738. Acesso em 13/04/2023.



vários trabalhadores haviam passado por diversas transações até serem negociados em Uberaba, ou mesmo sido renegociados no mercado uberabense em vários momentos. Com efeito, 46 transações trazem a informação de que os cativos ali negociados haviam sido adquiridos pelo vendedor por meio de compra feita anteriormente. Outras 22 informam que os transacionados haviam sido averbados em alguma coletoria em nome do vendedor, o que também indica ter ocorrido mudança de titularidade.

Fora os casos de cativos cujas reiteradas transações podem ser acompanhadas pelo próprio banco de dados de escrituras, como é o caso de ao menos 60 transações onde um mesmo escravo é mencionado em duas ou três diferentes escrituras ao longo do período analisado. Alguns dos cativos estiveram nessa situação por serem vendidos em partes, até que se reunissem todas elas nas mãos de um único senhor. Contudo, a maioria teria realmente trocado de dono por repetidas vezes, como Constância (ou Constança), uma das “recordistas” em transações precedentes em Uberaba.

A crioula, de 21 anos, preta e solteira, foi vendida em 25/11/1875 por Rs 600\$000 ao uberabense Joaquim Antônio de Resende pelo cigano Delfino Virgem Professor. Em 1872, Constância havia sido matriculada na Coletoria do Prata, município no qual residia seu antigo dono, Antônio José Corrêa, que a havia vendido ao cigano. Ou seja, a escrava já havia passado por ao menos uma transação ao ser negociada pela primeira vez em Uberaba. Quase um ano depois, a cativa teve seu nome novamente mencionado ao tabelião. Aos 07/10/1876, Resende a vendeu por Rs 700\$000 ao também uberabense João Alves Vilella que, por sua vez, a revendeu em 11/05/1877 a Antônio José Rodrigues, residente na cidade de Bagagem, pela mesma quantia que a havia adquirido.²²

Outro caso que, assim como o de Constância, ilustra a complexidade dos negócios do tráfico e representou a situação de alguns outros escravos negociados no mercado uberabense, é o de Joaquina. Em 01/07/1880, a preta, de 18 anos, solteira e matriculada em Monte Alegre, foi vendida por Rs 1:000\$000 ao uberabense Francisco Sebastião da Costa por Miguel Braga & Fonsêca, negociantes matriculados no Tribunal do Comércio da Capital do Império, em liquidação, representados pelo bastante procurador uberabense

²² Livro 14 - 1º Ofício, fls. 42v-43v; Livro 16 - 1º Ofício, fls. 21v-22; 1º Livro de Escrituras de Venda de Escravos – 1º Ofício, fls. 17-18.



Quintiliano Alves Jardim. Após a compra, Joaquina foi averbada em Uberaba mas, menos de dois anos depois, aos 26/04/1882, foi revendida por Rs 700\$000 a Francisco Theodoro Moreira, morador de Bagagem.²³

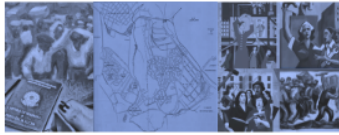
A primeira venda de Joaquina no mercado uberabense é uma transação que, a princípio, seria englobada no somatório do tráfico interprovincial. Contudo, novamente vale questionar se essa escrava teria chegado a sair de Minas. Considerando-se que todos os contratantes da Corte que atuaram no mercado uberabense o fizeram por meio de procuradores, eram firmas comerciais e não negociaram nenhum cativo matriculado naquela província, apenas em Minas, é muito provável é que esses sujeitos jamais tenham estado em Uberaba, deixando a cargo de seus procuradores todos os procedimentos necessários à efetivação de negócios de seus interesses no município. Então, provavelmente Joaquina tenha sido adquirida em Monte Alegre, em nome da firma carioca, mas permanecendo em poder do procurador responsável pela aquisição, possivelmente em Uberaba mesmo, até ocorrer a venda narrada, o que configuraria uma transferência operada pela modalidade intraprovincial do tráfico.

Análise dos preços

O já mencionado "crioulinho recém-nascido" de 25 dias doado em 1868 junto com sua mãe e irmã foi também o cativo com o menor preço declarado no mercado uberabense.

Por sua vez, o menor valor alcançado por um cativo "inteiro" vendido em Uberaba foi de Rs 100\$000. Esse valor foi pago por Elias Francisco de Queiros a Luís da Silva Oliveira, ambos moradores da cidade, aos 14/08/1863, para adquirir a crioulinha Emydia, de 4 meses, que foi negociada junto com sua mãe, a também crioula Felippa, de 21 anos, comprada por Rs 1:700\$000. Os mesmos Rs 100\$000 foram desembolsados em 19/02/1874 por Francisco Lourenço de Araújo, morador de Uberaba, para comprar, de João Ferreira de Oliveira, que não teve o local de residência mencionado, a africana Catharina, de 38 anos. Na mesma transação, também foi vendido, por Rs 500\$000, o africano Paulo, de 41 anos, que talvez fosse o marido de Catharina, embora a escritura não

²³ Livro 19 - 1º Ofício, fls. 69v-70v; Livro 21 - 1º Ofício, fls.73-73v.



mencione o estado conjugal de nenhum dos dois. Aos 07/01/1878, igualmente por Rs 100\$000, os negociantes Manoel Alves Caldeira & Cia., do município da Bagagem, compraram dos também negociantes Barcellos & Filhos, Penna, Irmão & Silva e Vilella & Miranda, os dois primeiros estabelecidos em Uberaba e o último no Rio de Janeiro, a crioula Ritta, de 27 anos, casada com o também crioulo José, 30 anos, que a acompanhava na transação e foi negociado por Rs 1:600\$000. Embora tivessem sido matriculados em Uberaba, o casal já havia passado por ao menos outra transação antes, visto que os vendedores informaram tê-los havido por compra a José Caetano da Silveira. Ritta é mencionada como “doente”, o que esclareceria o baixo valor pelo qual foi vendida.²⁴

Percebe-se que os cativos de menor valor negociados em Uberaba muito dificilmente seriam o alvo principal daquelas transações. É possível que os contratantes estivessem mais interessados em negociar os outros escravos que os acompanhavam, tendo que incluí-los na transação para não desfazer laços familiares.

No outro extremo, temos o pardo Gabriel, vendido por Rs 3:000\$000 em duas ocasiões. Na primeira aos 04/03/1878, o cativo, então com 42 anos, foi vendido por Severino Corrêa da Costa ao Capitão Manoel Rodrigues da Cunha, ambos residentes na cidade. O vendedor informou ter herdado Gabriel de seu sogro, Joaquim Ribeiro Guimarães. 20 dias depois, o Capitão vendeu o escravo pelo mesmo valor ao também uberabense Antônio Alves Corrêa. Contudo essa segunda transação só seria oficializada em cartório por meio de escritura mais de quatro anos depois, aos 27/07/1882, sendo Cunha representado por seu procurador, o Capitão Joaquim Rodrigues de Barcellos, também residente em Uberaba. Curioso é que a segunda escritura “rejuvenesce” Gabriel em dois anos, ao informar que o cativo possuía 40 anos. Isso ilustra o quão imprecisas eram as idades informadas dos escravos negociados, imprecisão que tenderia a aumentar à medida que o cativo ia envelhecendo ou mudando de dono. Fosse qual fosse a verdadeira idade de Gabriel, seu valor destoava bastante dos valores alcançados por outros escravizados da mesma faixa etária. As escrituras não trazem maiores informações

²⁴ Livro 6 – 2º Ofício, fl. 10v; Livro 13 – 1º Ofício, fls. 6-6v; 1º Livro de Escrituras de Venda de Escravos – 1º Ofício, fls, 35v-36v.



sobre sua pessoa, de modo que é impossível saber quais atributos o tornavam tão valioso.

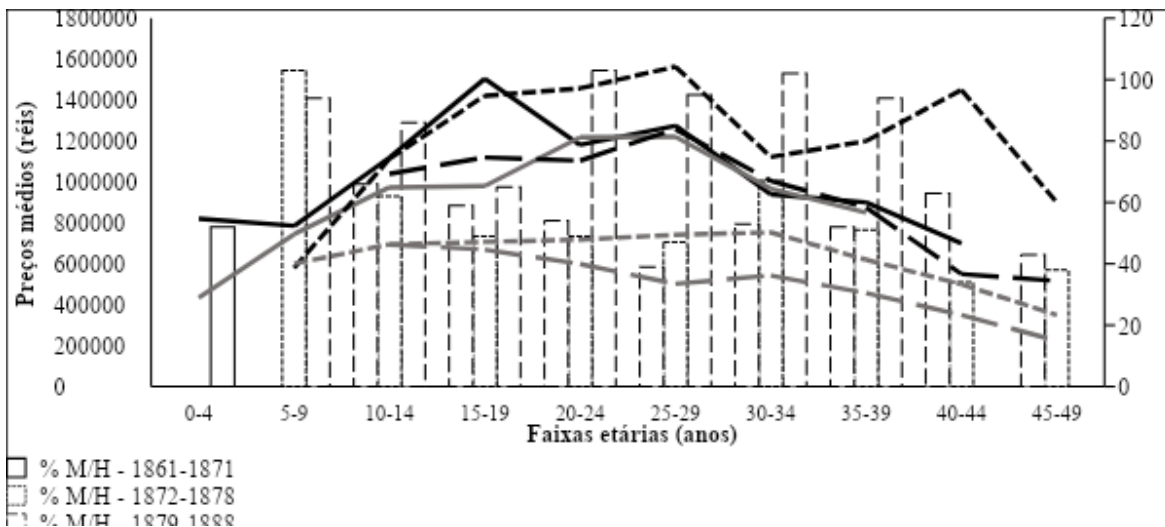
25

A excepcionalidade do valor de Gabriel evoca outro caso interessante. Trata-se da venda do pardo Antônio (também referido como Antônio cabra), de 37 anos, ocorrida em 26/10/1870. Para adquiri-lo, o Tenente Antônio José Ribeiro Bhering, residente em Uberaba, precisou desembolsar Rs 2:416\$944 aos também uberabenses Honório José de Salles, Porfírio Ricardo da Costa e sua mulher D. Leocádia Mathildes de Salles e D. Ritta Amélia de Salles. Os vendedores informaram que seu pai e sogro, o ourives Francisco José de Salles Cabeleira, falecera deixando, com diversos credores, dívidas que somavam Rs 2:312\$944. Não tendo meios para pagá-las além do escravo, eles o venderam com a condição de o comprador satisfazê-las, o que ele fez, e ainda entregou aos vendedores, em moeda corrente, os restantes Rs 104\$000 que perfaziam o valor do escravo. Entretanto, mesmo pagando um valor bastante elevado por um escravo que já nem era mais tão jovem, Bhering ainda concordou em possuir o escravo apenas durante o período de cinco anos, ao fim do qual o libertaria, conquanto o mesmo não fugisse nem se recusasse a servi-lo. Um detalhe crucial sobre o cativo explica o porquê de tamanha valorização: Antônio não era um trabalhador qualquer, ele era oficial de ourives, ocupação altamente especializada, que exigia muito conhecimento e técnica, e que certamente renderia ao comprador elevados lucros, principalmente por meio dos jornais pagos por seus serviços. É possível que Antônio não estivesse totalmente satisfeito com a venda, então prometer a liberdade ao cativo poderia ser uma tentativa de mantê-lo disciplinado e motivado a prestar com dedicação seus serviços ao novo dono.²⁶

Gráfico 2 – Preços médios nominais dos cativos brasileiros (em réis) por período, sexo e faixa etária: Uberaba, 1861-1888.

²⁵ 1º Livro de Escrituras de Venda de Escravos – 1º Ofício, fls. 44-45; Livro 21 - 1º Ofício, fls. 91-92.

²⁶ Livro 12 - 1º Ofício, Fls. 48-50.



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Offícios de Uberaba.

% M/H = percentual do preço feminino em relação ao masculino.

Obs.: O preço médio foi calculado apenas nos casos em que havia pelo menos dois indivíduos.

Tendo em vista que vários fatores poderiam influir nos preços atingidos pelos escravos e que as principais informações disponíveis para as transações uberabenses são o sexo e a idade dos cativos e a data da transação, foram calculados os valores médios nominais dos homens e mulheres brasileiros negociados em cada período do tráfico conforme as faixas etárias nas quais se encontravam (Gráfico 2).²⁷

O gráfico aponta para dois indícios de que teria havido valorização do potencial reprodutivo feminino até a entrada em vigência da Lei do Ventre Livre, reforçando o entendimento já explanado de que a reprodução natural era importante para a escravidão uberabense: os preços das mulheres adultas em relação aos dos homens de mesma faixa etária foram próximos até 1871, despencando e tornando-se mais discrepantes a partir de então. Além disso, entre 1861-1871, nas faixas etárias 20-24 e 30-34, os preços femininos sobrepujaram os masculinos, embora por pouco. Isso se repetiria uma única vez, entre 1872-1878, para a faixa etária 5-9 (embora, neste caso, talvez a explicação esteja melhor

²⁷ Face à ausência de informações em muitas escrituras, como a idade ou o preço individual em alguns casos onde vários cativos foram negociados juntos, além do banco de dados de escrituras já mencionado recorreu-se também a algumas procurações e registros de hipotecas, penhores e vendas condicionais disponíveis, buscando viabilizar a existência de registros em quantidade que permitisse realizar o cálculo dos preços médios. Foram considerados apenas os cativos negociados inteiros e excluídos alguns casos de valores muito discrepantes, onde atributos pessoais diferenciados tornavam os cativos subvalorizados (como a doente Ritta) ou supervalorizados (como Gabriel e o ourives Antônio).



relacionada ao amadurecimento mais precoce das meninas em relação aos meninos, até porque entre 1861-1871 os preços nessa faixa etária também foram bem próximos).²⁸

Tabela 10 – Preços médios nominais (em réis) de um cativo masculino na faixa etária de 15-29 anos por período em algumas localidades do Império (1860-1888).

Município	Década de 1860	Década de 1870	Década de 1880
Caetité (BA)	938\$900	965\$200	895\$300
Bonfim do Paraopeba (MG)	1:403\$270	1:334\$444	1:116\$667
Mariana (MG)	1:313\$257	1:447\$901	1:036\$383
Uberaba (MG)	1:305\$900	1:462\$164	1:178\$750
Rio Claro (SP)	1:855\$556 (tráfico local) / 1:958\$333 (tráfico interprovincial)	2:246\$000 (tráfico local) / 2:060\$000 (tráfico interprovincial)	1:000\$000 (tráfico local) / 1:150\$000 (tráfico intraprovincial)
Campinas (SP)	1:771\$110 (tráfico local) / 1:646\$150 (tráfico intraprovincial)	2:149\$690 (tráfico local) / 1:954\$850 (tráfico intraprovincial)	2:183\$330 (tráfico local) / 1:943\$330 (tráfico intraprovincial)
Areias (SP)	1:532\$583	1:963\$333	1:194\$444
Guaratinguetá (SP)	1:432\$857	1:986\$800	-
Piracicaba (SP)	1:819\$388	2:053\$763	1:192\$857
Casa Branca (SP)	-	2:054\$565	817\$857

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba; NEVES, 2000, p. 111; TIZOCO, 2008, p. 103; FLAUSINO, 2006, p. 136; ROSSINI, 2015, pp. 201, 239 e 320; SCHEFFER, 2012, pp. 65-66; MOTTA, 2012, pp. 118, 132, 184, 205, 230, 255, 300, 314 e 332.

É consenso na historiografia da escravidão que cativos entre 15 e 29 anos, principalmente do sexo masculino, eram os mais valorizados, por se encontrarem no auge de sua força e capacidades física, produtiva e reprodutiva, o que os dados do gráfico corroboram. Comparando-se os preços médios nominais dos homens de 15-29 anos negociados em algumas regiões do Império (Tabela 10), percebe-se que os preços uberabenses eram bastante próximos daqueles praticados na região mineradora central da província (municípios de Bonfim e Mariana), superiores aos registrados no mercado baiano, porém inferiores aos praticados nos mercados paulistas.²⁹

Considerações finais

²⁸ TIZOCO (2018, p. 99) e MOTTA (2012, p. 344) também constataram preços femininos levemente superiores aos masculinos em algumas ocasiões para escravos jovens nas regiões que analisaram.

²⁹ Cotejamento realizado apenas com pesquisas que utilizaram unicamente escrituras de compra e venda para o cálculo dos preços. Comparando os preços de cativos de 15-40 anos arrolados em inventários, LOURENÇO (2007, pp. 201-202) também observou essa proximidade entre os valores praticados em Uberaba e na região mineradora central, pareando inclusive nas oscilações, o que reforça, para o autor, o entendimento de que o crescimento natural, e não a importação, era a principal forma de reprodução da força de trabalho escravo no município.



A análise das escrituras de compra e venda uberabenses revelou um tráfico majoritariamente local, com preços não destoantes dos praticados na região mineradora central, poucos cativos transferidos por transação e predomínio de mulheres brasileiras jovens/adultas sendo negociadas. Os achados corroboram estudos que já indicavam a importância da reprodução natural para a manutenção do contingente escravizado do município, além de sugerirem que a condição de entreposto comercial uberabense também se estendia ao que se refere à mercadoria humana. Com ápice entre 1873 e 1874, o tráfico esteve operante no município durante todos os 28 anos anteriores à Abolição, inclusive adentrando 1888, o que demonstra que em Uberaba, assim como em outras regiões mineiras de economia não-exportadora, a vitalidade da escravidão se manteve enquanto a instituição pôde existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. *Flores, votos, balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AZEVEDO, Célia Maria. *Onda Negra. Medo Branco. O negro no imaginário das elites - século. XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.
- FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e Pobres: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista*. Tradução de Célia Lynn Goodwin e Elizabeth Maria Braathen. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1988.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *Das Fronteiras do Império ao Coração da República: o Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.



LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MARTINS, Roberto B. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. In: *Topoi*, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTTA, José Flávio. *Escravidão aqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: *Afro-Ásia*, v. 24, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado).

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. In: *Estudos Econômicos*. 25 (2), p. 203-233, maio/ago. 1995.

PENA, Alessa Nara Fortunato Pena; NORONHA, Gilberto Cezar de. Fontes sobre a escravidão em Minas Gerais: um balanço historiográfico. *Anais eletrônicos do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH MG* 2022. Diamantina/MG, 2022. Disponível em: <https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/anais/trabalhos/lista?simposio=338>. Acesso em 21/04/2023.

REZENDE, Eliane M. Marquez. *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 1983.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. *A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TIZOCO, Ulisses H. *Pessoas Negociando Pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.